

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ADMINISTRAÇÃO

ICA 12-30

**GESTÃO DE RISCOS NA SECRETARIA DE
ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
DA AERONÁUTICA (SEFA)**

2023

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA



ADMINISTRAÇÃO

ICA 12-30

**GESTÃO DE RISCOS NA SECRETARIA DE
ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
DA AERONÁUTICA (SEFA)**

2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

PORTARIA SEFA Nº 540/AJUR, DE 25 DE SETEMBRO DE 2023.
Protocolo COMAER nº 68000.003562/2023-43

Aprova a Instrução que trata da Gestão de Riscos na Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem: o art. 22 do Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 199, de 19 de outubro de 2022; combinado com o Regulamento da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (ROCA 20-8), aprovado pela Portaria GABAER nº 241/GC3, de 9 de fevereiro de 2022; o Regimento Interno da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (RICA 20-2), aprovado pela Portaria SEFA Nº 366/AJUR, de 14 de abril de 2023; e considerando o que consta do Processo nº 68000.003474/2023-41, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 12-30 “Gestão de Riscos na Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA)”, que com esta baixa.

Art. 2º Revoga-se a Portaria SEFA nº 68/AJUR, de 16 de julho de 2018, publicada no BCA nº 125, de 23 de julho de 2018.

Art. 3º A entrada em vigor do presente ato, justificada em função da urgência, conforme disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, será na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RICARDO AUGUSTO FONSECA NEUBERT
Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 186, de 9 de outubro de 2023.)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 FINALIDADE	9
1.2 CONCEITUAÇÃO.....	9
1.3 ÂMBITO	12
2 SISTEMÁTICA DE GESTÃO DE RISCOS DO COMAER.....	13
3 PRINCÍPIOS.....	14
4 ESTRUTURA DA GESTÃO DE RISCOS	15
4.1 CONCEPÇÃO.....	15
4.2 IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS	16
5 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	18
5.1 ASPECTOS GERAIS.....	18
5.2 ETAPAS.....	18
5.3 ETAPA 1 - AMBIENTE E FIXAÇÃO DE OBJETIVOS.....	19
5.4 ETAPA 2 - A IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS.....	21
5.5 ETAPA 3 - AVALIAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS E CONTROLES.....	22
5.6 ETAPA 4 - RESPOSTA AO RISCO	25
5.7 ETAPA 5 - INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MONITORAMENTO.....	27
6 PLANILHA DE AUXÍLIO À GESTÃO DE RISCOS	29
7 DISPOSIÇÕES GERAIS	30
8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	31
9 DISPOSIÇÕES FINAIS	32
9.1 PROPONENTE	32
9.2 CASOS NÃO PREVISTOS	32
REFERÊNCIAS	33

PREFÁCIO

Amplamente difundido nas instituições financeiras, a análise e o gerenciamento de riscos possuem relevante ênfase na rotina da Administração Pública Federal, vindo a situar-se na agenda permanente dos órgãos de controle externo. Assim, o planejamento, com ênfase na identificação dos possíveis eventos que possam impactar nos objetivos organizacionais, envolve o desencadeamento de ações de prevenção e de mitigação da ocorrência das consequências desses eventos, e apresenta-se como parte mais atual da cultura organizacional.

A SEFA, em cumprimento ao disposto na Diretriz de Gestão de Riscos no Comando da Aeronáutica (DCA 16-2/2022), atualizou a presente ICA, que formaliza a atividade de análise e gestão de riscos nesta Secretaria, para proporcionar a elaboração do Plano de Risco (contingenciamento), de forma a identificar os principais eventos e, consequentemente, propor as ações necessárias e suficientes ao seu tratamento e resposta. Busca-se, assim, alcançar a garantia de que os objetivos institucionais serão alcançados, mitigando-se os óbices.

Neste contexto, ressalta-se a importância da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica e suas Diretorias avaliarem e monitorarem o nível de risco aceitável, na busca do melhor emprego dos recursos públicos, equilibrando, desta forma, os riscos e os benefícios em atenção ao princípio de prestação de contas e responsabilidades.

Este documento, como instrumento a ser utilizado para Governança no âmbito deste ODS, estará ancorado no eficiente mapeamento de processos e nos respectivos levantamentos dos riscos que podem comprometer os objetivos finalísticos estabelecidos.

Isto posto, esta Instrução tem o objetivo de orientar a SEFA, suas Diretorias e suas OM subordinadas na identificação dos riscos e na elaboração dos respectivos Planos de Gestão de Risco.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer as orientações gerais para a implementação e o aperfeiçoamento da gestão de riscos, com o escopo de que a SEFA e suas Organizações Militares subordinadas possam cumprir a sua missão eficazmente por meio do alcance de resultados eficientes, ao mesmo tempo em que zelam pela Integridade Pública.

1.2 CONCEITUAÇÃO

A seguir, serão definidos alguns termos referentes ao tema e os seus entendimentos, com base na DCA 16-2/2022 - Gestão de Risco no Comando da Aeronáutica e na IN CGU/MP Nº 001, de 10/05/2016.

1.2.1 ACEITAÇÃO DO RISCO

Decisão de conviver com as consequências, caso um cenário de risco se materialize.

1.2.2 ANÁLISE DOS RISCOS

Processo de compreensão da natureza do risco e determinação do nível de risco.

Inclui a apreciação das causas e das fontes de risco, suas consequências positivas e negativas, e a probabilidade de que essas consequências possam ocorrer.

1.2.3 APETITE AO RISCO

Quanto de risco uma organização está disposta a aceitar para atingir seus objetivos.

1.2.4 ATIVIDADE

Ação, procedimento, processo ou conjunto destes elementos, de caráter técnico, operacional ou administrativo, de natureza contínua ou periódica, realizados para a consecução de um objetivo, missão, atribuição, competência ou atendimento de demanda específica.

1.2.5 AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Processo de comparar os resultados da Análise dos Riscos com os Critérios de Riscos para determinar se o risco é aceitável, tolerável ou inaceitável.

1.2.6 CATEGORIA DE RISCOS

Classificação dos riscos identificados quanto a sua natureza, causas e consequências.

1.2.7 CAUSAS

Condições que dão origem à possibilidade de um evento ocorrer, também chamadas de fatores de riscos, podendo ter origem no ambiente interno e externo.

1.2.8 CONSEQUÊNCIA

É o resultado de um evento de risco sobre os objetivos do processo.

1.2.9 COSO

O COSO (Committee of Sponsoring Organizations) é o Comitê das Organizações Patrocinadoras, da Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros. Esse comitê definiu o gerenciamento de riscos corporativos como um processo que deve ser conduzido por todos os agentes da administração.

1.2.10 CONTROLES INTERNOS

Conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de integrantes das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os objetivos gerais sejam alcançados.

1.2.11 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE RISCOS

Os Critérios para a Aceitação do Risco variam conforme a Organização, o Projeto ou a Atividade, mas condicionam-se aos Critérios de Riscos da Organização.

1.2.12 CRITÉRIOS DE RISCOS

Termos de referência contra os quais a significância de um risco é avaliada. São baseados nos objetivos organizacionais e nos contextos interno e externo. Podem ser derivados de normas, leis, políticas e outros requisitos.

1.2.13 ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO

Linha de ação a ser adotada para o tratamento do risco, tais como: mitigar, prevenir, aceitar, explorar, transferir e outras.

1.2.14 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Aplicação sistemática da arquitetura da gestão de riscos (estrutura, princípios e processos) para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da Organização.

1.2.15 GESTÃO DE RISCOS

Diz respeito à arquitetura utilizada para gerenciar os riscos. Compreende os princípios, a estrutura e os processos utilizados para o gerenciamento eficaz dos riscos.

1.2.16 GPAer

O Sistema de Gestão Estratégica da Aeronáutica (GPAer) é a ferramenta tecnológica desenvolvida para suportar as atividades previstas na Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional na Aeronáutica (SPGIA).

1.2.17 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos. Constitui uma listagem abrangente de eventos que possam afetar a realização dos objetivos da Organização, do Projeto ou da Atividade, incluindo suas causas e consequências, reações em cadeia provocadas por consequências específicas e efeitos cumulativos e em cascata.

1.2.18 IMPACTO DO RISCO

Reflete a severidade dos efeitos da ocorrência do risco nos objetivos da Organização, do Projeto ou da Atividade.

1.2.19 MODELO DAS TRÊS LINHAS

É uma forma simples e eficaz para melhorar a comunicação e a conscientização sobre os papéis e as responsabilidades essenciais de gerenciamento de riscos e controles, aplicável a qualquer organização, não importando o seu tamanho ou a sua complexidade, ainda que não exista uma estrutura ou sistema formal de gestão de riscos.

1.2.20 PLANILHA DE AUXÍLIO À GESTÃO DE RISCOS

É a planilha eletrônica inicialmente elaborada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPDG) e disponibilizada como parte integrante do material didático do Curso de Gestão de Riscos no Setor Público, ministrado na modalidade à distância, pela Escola Nacional de Administração Pública. Porém, foi adaptada à realidade do COMAER como ferramenta para o processo de gerenciamento de risco.

1.2.21 PLANO DE CONTINGÊNCIA

Documento que descreve as ações a serem executadas caso o evento do risco se materialize.

1.2.22 PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DO RISCO

Probabilidade de o risco ocorrer, podendo ser definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente.

1.2.23 PROPRIETÁRIO DO RISCO

Pessoa ou entidade com a responsabilidade e autoridade para gerenciar um risco.

1.2.24 RISCO

Efeito da incerteza na concretização dos objetivos da Organização, do Projeto ou da Atividade, podendo ser negativo ou positivo.

1.2.25 RISCO INERENTE

Aquele que existe independentemente dos controles existentes no ambiente em estudo, ou seja, o que se apresenta antes da consideração de qualquer ação de mitigação.

1.2.26 RISCO RESIDUAL

Aquele que considera todos os controles já existentes no ambiente em estudo,

ou seja, o que permanece residualmente após os controles e respostas adotadas para mitigar o risco.

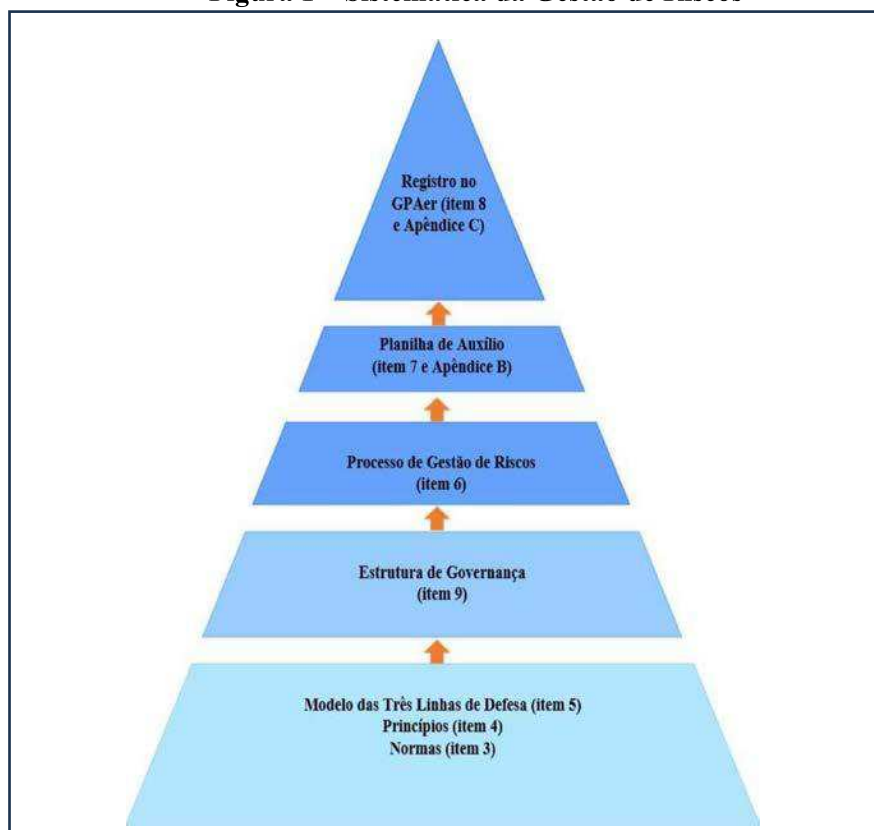
1.3 ÂMBITO

Esta Instrução, de observância obrigatória, aplica-se à Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA) e às suas OM subordinadas.

2 SISTEMÁTICA DE GESTÃO DE RISCOS DO COMAER

2.1 Para melhor entendimento da sistemática de Gestão de Riscos do COMAER, apresenta-se pictoricamente o arcabouço deste sistema, que é melhor detalhado em cada um dos itens e apêndices da DCA 16-2/2022.

Figura 1 – Sistemática da Gestão de Riscos



Fonte: DCA 16-2/2022

2.2 Desse modo, o trapézio na base do triângulo maior representa as normas e os princípios que fundamentam a Estrutura de Governança e a metodologia de Gestão de Riscos do COMAER, os quais são detalhadas no item "3-Pressupostos Normativos", no item "4-Princípios da Gestão de Riscos" e no item "5-Modelo das Três Linhas de Defesa da DCA 16-2/2022".

2.3 Outrossim, o trapézio imediatamente acima da base representa a Estrutura de Governança da Gestão de Riscos no COMAER, descrita no item "9- Estrutura de Governança da Gestão de Riscos no COMAER" da DCA 16-2/2022, que tem a sua base assentada, evidentemente, sobre o que é preconizado pelas normas e princípios.

2.4 Acima do trapézio da estrutura, estão três figuras geométricas de mesma coloração (dois trapézios e um triângulo) que representam a metodologia, a qual tem seu alicerce firmado sobre outros dois aspectos, compreendendo o Processo de Gestão de Riscos (item 6 da DCA 16-2/2022), a Planilha de Auxílio (item 7 e Apêndice B da DCA 16-2/2022) e o Registro dos resultados da Gestão de Riscos no GPAer (item 8 e Apêndice C da DCA 16-2/2022).

2.5 Em consonância ao Processo de Gestão de Riscos referido no item anterior, é importante que os seus fundamentos sejam seguidos por todas as Organizações do COMAER.

3 PRINCÍPIOS

3.1 Para proporcionar um direcionamento para a gestão de riscos, é importante a observância de princípios e diretrizes gerais que conduzam a elaboração e a aplicação desse processo na Organização, nos projetos e/ou nas atividades.

3.2 No âmbito da SEFA e das OM da sua estrutura, deverão ser adotados os seguintes princípios para a gestão de riscos:

- a) **formalidade:** implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada;
- b) **integração à gestão:** faz parte das responsabilidades da administração e é parte integrante de todos os processos organizacionais;
- c) **custo-benefício:** estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício;
- d) **melhoria contínua:** utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança;
- e) **suporte à decisão:** utilização da gestão de riscos no auxílio aos tomadores de decisão a fazer escolhas conscientes, priorizar e distinguir formas alternativas de ação;
- f) **dinâmica e iteratividade:** caráter dinâmico de modo a perceber e reagir às mudanças, pois, com a evolução do contexto e do conhecimento, novos riscos surgem, outros se modificam e outros desaparecem;
- g) **publicidade e participação:** transparência e inclusão por meio do envolvimento apropriado e oportuno de partes interessadas e dos tomadores de decisão em todos os níveis da Organização, assegurando assim a pertinência e atualização da gestão de riscos;
- h) **incerteza:** abordagem explícita da incerteza, uma vez que considera explicitamente o incerto, sua natureza, e como pode ser tratado;
- i) **medida certa:** alinhamento com o contexto interno e externo do projeto ou da atividade e com o perfil do risco; e
- j) **fator humano e cultural:** reconhecimento das capacidades, percepções e das intenções do pessoal interno e externo que podem facilitar ou dificultar a realização dos objetivos do projeto ou da atividade.

3.3 A estrutura de gerenciamento de riscos adotada nesta Instrução foi o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*).

4 ESTRUTURA DA GESTÃO DE RISCOS

4.1 CONCEPÇÃO

4.1.1 A atividade de gestão de riscos da SEFA tem como fundamento a DCA 16-2/2022, assim como o PCA 11-344/2023 “Gestão de Riscos da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica”, voltada para a identificação, análise, monitoramento e controle dos riscos.

4.1.2 Para que a gestão de riscos alcance os seus objetivos, é de fundamental importância a sua adequada estruturação no âmbito das organizações. Essa estrutura compreende os fundamentos, os princípios e os processos utilizados para o gerenciamento eficaz dos riscos. Compreende, ainda, o conjunto de práticas, sistemas, recursos (humanos e materiais) e cultura que, atuando no sistema de gestão da organização, em todos os níveis, possibilitam que os riscos sejam administrados.

4.1.3 Essa concepção de estrutura não pretende “engessar” o processo de gestão de riscos, mas auxiliar a sua integração à gestão existente. Dessa forma, alguns fatores poderão ser facilitadores nesse processo de estruturação da gestão de riscos.

- a) comprometimento forte e sustentado por parte do Comando/Chefia/Direção e de todos os demais níveis da instituição;
- b) construção e fortalecimento de uma cultura de gestão de riscos alinhada e integrada às respectivas culturas organizacionais;
- c) aprimoramento da política de gestão de riscos, por meio da melhoria contínua desta Instrução e dos demais normativos de gerenciamento de riscos das OM subordinadas;
- d) alinhamento dos objetivos da gestão de riscos às estratégias da SEFA e das OM da sua estrutura;
- e) conformidade legal e regulatória; e
- f) definição de requisitos, indicadores e recursos necessários para o gerenciamento de riscos.

4.1.4 A compreensão do contexto na qual a instituição está inserida é fundamental para se iniciar a concepção e a implementação da estrutura da gestão de riscos. Para a avaliação desse contexto poderão ser considerados, entre outros fatores:

- a) ambientes cultural, legal, regulatório, financeiro, tecnológico, econômico, quer seja internacional, nacional, regional ou local;
- b) fatores críticos e tendências que tenham impacto nos objetivos da OM;
- c) relacionamento institucional e com partes interessadas;
- d) estrutura organizacional e regimento interno; e
- e) estratégias (planejamentos) para o cumprimento da missão.

4.1.5 A gestão de riscos deverá ser priorizada para os **macroprocessos finalísticos**.

4.1.6 Dever-se-á considerar o investimento na gestão de riscos sob a forma de treinamento, capacitação e gestão do conhecimento.

4.1.7 Para uma maior efetividade do processo de gestão de riscos, dever-se-ão estabelecer mecanismos efetivos de comunicação e reportes internos e externos.

4.1.8 É indispensável que sejam definidas a responsabilização e a propriedade dos riscos por meio da formalização da autoridade e competência apropriadas. Isso visa garantir que o processo seja implementado e mantido adequadamente.

4.2 IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS

4.2.1 Cabe à SEFA orientar a implementação e o aperfeiçoamento da Gestão de Riscos no âmbito de sua estrutura, e com vistas à perfeita interação com os agentes do COMAER definidos nesta Instrução.

4.2.2 Compete a Coordenadoria de Estratégia Organizacional (CEST) da SEFA disseminar os conhecimentos e as melhores práticas aplicáveis ao gerenciamento de riscos e controles internos institucionais, e monitorar a implantação e o desenvolvimento da gestão de riscos, no âmbito da estrutura organizacional da SEFA.

4.2.3 Cada OM da estrutura da SEFA deverá formalizar, conforme previsto no item 5.7.1.2 desta Instrução, a sua documentação que aborda o processo da gestão de riscos. Além disso, para que o referido processo alcance os resultados almejados, é necessário que se mantenha o seu monitoramento e análise crítica periodicamente.

4.2.4 Ficará a cargo de cada Diretoria a responsabilidade de verificar o andamento da implementação da gestão de riscos nos setores e OM subordinadas. Uma vez implementada, dever-se-á constatar, periodicamente, a evolução do referido processo, o seu monitoramento e melhoria contínua.

4.2.5 A responsabilidade pela gestão de riscos, de acordo com o nível, é definida como segue:

- a) Nível ODS - Secretário da SEFA;
- b) Nível Diretoria/OM subordinada - Dirigente máximo da Organização; e
- c) Nível Projeto ou Atividade - Gerente do Projeto ou responsável pelo setor detentor do processo ou atividade alvo da análise de riscos.

4.2.6 Mantendo as responsabilidades definidas acima, os setores designados para a coordenação e execução do gerenciamento de riscos nos diferentes níveis são definidos como segue:

- a) Nível **ODS** – O Vice-Secretário da SEFA, tendo como órgão designado a Coordenadoria de Estratégia Organizacional (CEST);
- b) Nível **Diretoria/OM subordinada** – O setor deverá ser designado pelo dirigente máximo da OM, de acordo com as características e necessidades organizacionais de cada instituição; e
- c) Nível **Projeto ou Atividade** - Servidor/militar designado pela chefia do setor referenciado na alínea anterior.

4.2.7 O escopo mínimo para a gestão de riscos nos níveis definidos previamente é explicitado a seguir:

- a) Nível **ODS** - Missão da SEFA e os seus objetivos setoriais;

- b) Nível **Diretoria/OM subordinada** - Missão da OM e as iniciativas desdobradas dos objetivos setoriais, bem como macroprocessos, projetos e atividades selecionados; e
- c) Nível **Projeto ou Atividade** - Para os projetos deverão ser considerados aqueles em andamento ou em vias de entrar em execução. Para as atividades, deverão ser consideradas como referência as competências do setor, definidas no Regimento Interno e nas NPA, bem como os seus processos internos, podendo ser acrescidos outros aspectos considerados relevantes pela respectiva chefia.

4.2.7.1 Deverão ser priorizados os macroprocessos e processos que impactem no apoio administrativo, com foco na melhoria da qualidade do atendimento às OM Apoiadas.

4.2.8 Em cada nível, a OM/Setor designado para a coordenação da gestão de riscos deverá ser responsável pelo relacionamento dos riscos considerados inaceitáveis, bem como prestar assessoramento à autoridade responsável, para a tomada de decisão e um posicionamento do nível imediatamente superior.

5 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1 ASPECTOS GERAIS

5.1.1 O processo de gerenciamento de riscos é parte integrante da gestão, devendo ser incorporado à cultura, às práticas e adaptado aos processos da instituição.

5.1.2 O gerenciamento de riscos contribui para assegurar a comunicação eficaz da instituição, cumprimento das leis e regulamentos, evitar danos à reputação, mitigar possíveis riscos e desvios éticos e proporcionar garantia razoável para que a organização alcance os seus objetivos.

5.1.3 Para os riscos organizacionais (aqueles ligados à missão e objetivos da Organização), o processo de planejamento do gerenciamento deverá ser executado no início da implantação da gestão de riscos.

5.1.4 Para os riscos de projetos e atividades, o processo de planejamento do gerenciamento deverá ser executado no início do projeto ou atividade, e inseridos no GPAer.

5.1.5 O processo de gerenciamento de risco deverá ser cíclico, interativo e abranger toda a vida do projeto ou atividade.

5.1.6 Para o planejamento do processo, é imprescindível a compreensão do contexto institucional onde a gestão de risco será implementada. Além disso, é importante ressaltar a necessidade do monitoramento e análise crítica permeando todas as atividades, buscando-se a melhoria contínua de todo o processo.

5.2 ETAPAS

5.2.1 As etapas a seguir fazem parte da metodologia seguida para implantação do gerenciamento de riscos e correspondem às fases que devem ser percorridas para cada processo crítico da organização, de acordo com COSO:

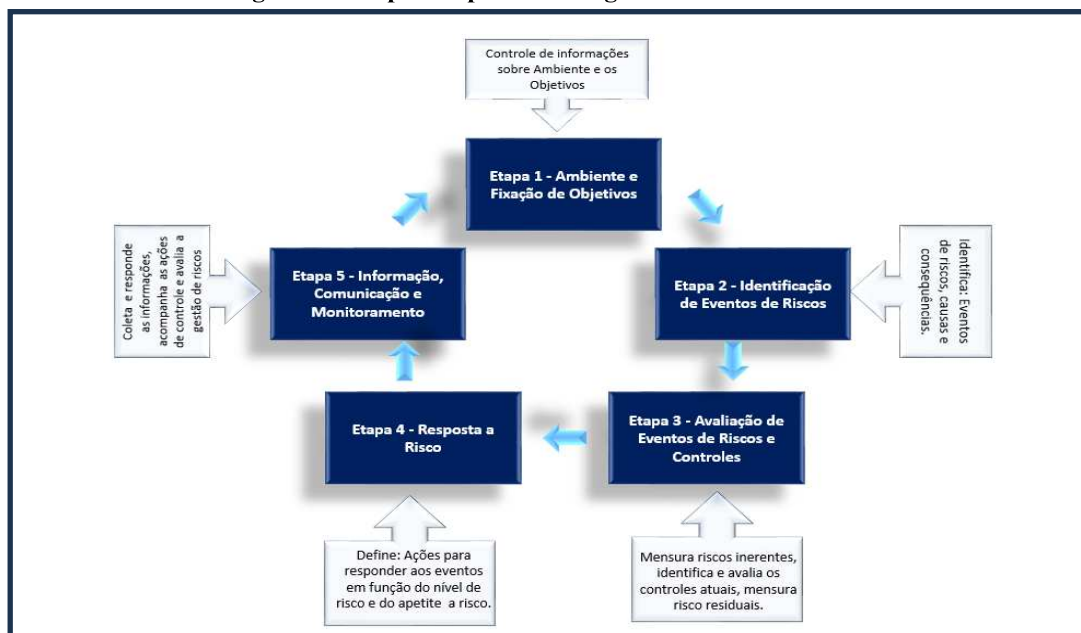
- a) Etapa 1 - Ambiente e Fixação de Objetivos;
- b) Etapa 2 - Identificação de Eventos de Riscos;
- c) Etapa 3 - Avaliação de Eventos de Riscos e Controles;
- d) Etapa 4 - Resposta ao Risco; e
- e) Etapa 5 - Informação, Comunicação e Monitoramento.

5.2.2 É imprescindível o registro das etapas do gerenciamento de riscos na Planilha de Auxílio, visando assim a padronização do Processo Gestão de Riscos da SEFA e suas OM subordinadas.

5.2.3 É importante destacar que o mapeamento dos processos da organização será um facilitador para a implantação da gestão de riscos.

5.2.4 A seguir, é apresentada figura que sintetiza as etapas do processo de gerenciamento de riscos:

Figura 2 - Etapas do processo de gerenciamento de riscos



Fonte: Adaptado de ENAP, 2018

5.3 ETAPA 1 - AMBIENTE E FIXAÇÃO DE OBJETIVOS

5.3.1 A análise do ambiente tem a finalidade de colher informações para apoiar a identificação de eventos de riscos, bem como contribuir para a escolha de ações mais adequadas para assegurar o alcance dos objetivos do macroprocesso/processo.

5.3.2 O Formulário de Levantamento de Informações sobre Ambiente e sobre a Fixação de Objetivos tem o objetivo de avaliar aspectos dos dois primeiros componentes do COSO (Ambiente Interno e Fixação de Objetivos) e contribui para identificar também a existência de aspectos relacionados à integridade. Deverá ser preenchido na aba “Ambiente e Fixação de Objetivos” da Planilha de Auxílio, conforme imagem abaixo:

Figura 3: Formulário de levantamento de Informações sobre o Ambiente e sobre a Fixação de Objetivos

Formulário de Levantamento de Informações sobre Ambiente e sobre a Fixação de Objetivos		
Órgão / Unidade		
Diretoria / Coordenação		
Informações sobre o Ambiente Interno - existência de:	Sim	Não
Código de Ética / Normas de Conduta		
Estrutura Organizacional		
Política de Recursos Humanos (compromisso com a competência e desenvolvimento)		
Atribuição de Alçadas e Responsabilidades		
Normas Internas		
Informações sobre a Fixação de Objetivos - existência de:	Sim	Não
Missão		
Visão		
Objetivos		
Este formulário tem a finalidade de avaliar aspectos dos dois primeiros componentes do COSO GRC (Ambiente Interno e Fixação de Objetivos) e contribui para identificar também a existência de aspectos relacionados à integridade.		
Informações sobre o Macroprocesso/Processo		
Macroprocesso		
Processo		
Objetivo do Macroprocesso / Processo		
Leis e Regulamentos:		
Sistemas:		

Fonte: Planilha de Auxílio

5.3.3 A análise do ambiente poderá ser feita por meio da matriz SWOT, realizada com foco no macroprocesso/processo, visando obter informações para apoiar a identificação de eventos de riscos, bem como para a escolha das ações mais adequadas a fim de assegurar o alcance dos objetivos do macroprocesso/processo, de cada setor. As informações obtidas sobre o ambiente interno e externo em conjunto com as informações do processo (regimento, normas, fluxograma das atividades e descrição de tarefas) contribuem para as demais etapas do gerenciamento de riscos. A imagem abaixo sintetiza a aplicação da análise SWOT:

Figura 4: Matriz SWOT



Fonte: ENAP, 2018

5.3.4 Para registrar as informação coletadas do Ambiente Interno e Externo é necessário utilizar o campo Análise de SWOT na aba “Ambiente e Fixação de Objetivos” da Planilha de Auxílio, conforme imagem abaixo:

Figura 5: Análise do Ambiente Interno e Externo

Fonte: Planilha de Auxílio

5.4 ETAPA 2 – A IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS

5.4.1 Esta etapa tem por finalidade identificar e registrar os eventos de riscos que comprometem o alcance do objetivo do processo, bem como as suas causas, efeitos e consequências. Deve-se considerar, neste momento, o resultado da análise do Ambiente e de Fixação de Objetivos da Etapa 1.

5.4.2 Para auxiliar a identificação dos eventos de riscos, causas e consequências, é importante utilizar-se de técnicas e ferramentas que melhor se adaptem à realidade dos envolvidos na atividade.

5.4.3 O Diagrama tipo gravata borboleta (Método *Bow-tie*) é uma técnica de identificação de eventos de riscos e é considerado uma evolução do diagrama de causa e efeito, o qual consiste em identificar e analisar os possíveis caminhos de um evento de risco, dado que um problema pode estar relacionado à diversas causas e consequências. A figura abaixo demonstra essa técnica para melhor compreensão.

Figura 6: Diagrama gravata borboleta (*Bow-tie*)



Fonte: ENAP, 2018

5.4.4 Definida a técnica que melhor se adeque a realidade dos envolvidos na atividade e elencados os eventos de riscos, causas e consequências, o registro dos resultados deverá ser feito na aba “ Mapa de Riscos” da Planilha de Auxílio, conforme modelo a seguir.

Figura 7: Identificação de Eventos de Riscos

Mapa de Riscos					
Identificação de Eventos de Riscos					
Subprocesso / Atividade	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Categoria do Risco	Natureza do Risco orçamentário/ financeiro
Subprocesso/ Atividade 1	Evento 1	1	1		Não
		2	2		
		n	n		
	Evento 2	1	1		Não
		2	2		
		n	n		
	Evento 3	1	1		Não
		2	2		
		n	n		

Fonte: Planilha de Auxílio

5.4.5 Nesta fase, os eventos de riscos deverão ser categorizados de acordo com as seguintes classificações previstas no GPAer: Estratégico, Operacional, Orçamentário, Financeiro, Imagem, Conformidade, Jurídico, Fator Humano, Mercado, Liquidez e de Integridade. Como exemplos de algumas categorias de riscos, podem se citar as listadas abaixo:

- a) riscos operacionais: eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;
- b) riscos de imagem ou reputação: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade do órgão ou da entidade em cumprir sua missão institucional;
- c) riscos legais: eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade;
- d) riscos financeiros ou orçamentários: eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações; e
- e) riscos para a integridade: riscos que configurem ações ou omissões que possam favorecer a ocorrência de fraudes ou atos de corrupção. Os riscos para a integridade podem ser causa, evento ou consequência de outros riscos, tais como financeiros, operacionais ou de imagem.

5.4.6 Todas as OM da FAB deverão analisar os seus riscos à Integridade, conforme os preceitos da DCA 16-3 "Plano de Integridade da FAB"

5.5 ETAPA 3- AVALIAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS E CONTROLES

5.5.1 Esta etapa é composta por três fases que são inextricavelmente ligadas: mensuração do risco inerente, avaliação dos controles existentes e análise do risco residual.

Figura 8: Ilustração das fases do risco



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2017b

5.5.2 A finalidade principal desta etapa é avaliar os eventos de riscos identificados considerando os seus componentes (causas e consequências). Os eventos devem ser avaliados sob a perspectiva de probabilidade e impacto.

5.5.3 Normalmente causas se relacionam à probabilidade de o evento ocorrer e as consequências ao impacto, caso o evento se materialize.

5.5.4 A avaliação de riscos deve ser feita por meio de análises quantitativas e qualitativas ou da combinação de ambas e, ainda, quanto à sua condição de inerentes (risco bruto, sem considerar qualquer controle) e residuais (considerando os controles identificados e avaliados quanto ao desenho e a sua execução).

5.5.5 RISCO INERENTE

5.5.5.1 A mensuração do risco inerente se dá por meio da análise da probabilidade e do impacto do evento de risco na sua forma bruta, ou seja, desconsiderando-se qualquer medida de controle previamente aplicada ao processo sob análise. E deverá ser feita na aba “Cálculo do Risco Inerente” na Planilha de Auxílio.

5.5.5.2 Na análise dos impactos, deve-se levar em conta a sua interferência no atingimento dos objetivos, devendo ser consideradas tanto as consequências imediatas, quanto aquelas que podem surgir após um determinado intervalo de tempo e, ainda, devem ser consideradas as consequências secundárias que podem surgir em outros sistemas ou atividades.

5.5.5.3 A atribuição dos pesos do impacto deverá considerar os fatores de análise a seguir:

Figura 9: Impacto – Pesos Atribuídos ao Impacto

Impacto - Fatores de Análise						
Aspectos Avaliativos						Peso
Estratégico-Operacional					Econômico-Financeiro	
Esforço de Gestão	Regulação	Reputação	Negócios/Serviços à Sociedade	Intervenção Hierárquica	Valor Orçamentário	
15%	17%	12%	18%	13%	25%	
Pesos Atribuídos ao Impacto (Análise Hierárquica de Processo - AHP)						100%

Fonte: Planilha de Auxílio

5.5.5.4 Em relação à inferência acerca do nível de impacto de determinado evento de risco, tem-se a tabela abaixo como um exemplo para orientar os gestores na sua análise, respeitando-se as particularidades da área de conhecimento que esteja inserido, que pode ou não se aproveitar das informações dispostas a seguir.

Figura 10: Impacto- Fatores para Análise

Impacto - Fatores para Análise							
Orientações para atribuição de pesos	Estratégico-Operacional					Econômico-Financeiro	Peso
	Esforço de Gestão	Regulação	Reputação	Negócios/Serviços à Sociedade	Intervenção Hierárquica	Orçamentário	
	15%	17%	12%	18%	13%	25%	100%
	Evento com potencial para levar o negócio ou serviço ao colapso	Determina interrupção das atividades	Com destaque na mídia nacional e internacional, podendo atingir os objetivos estratégicos e a missão	Prejudica o alcance da missão do MP	Exigiria a intervenção do Ministro	> = 25%	5-Catastrófico
	Evento crítico, mas que com a devida gestão pode ser suportado	Determina ações de caráter pecuniários (multas)	Com algum destaque na mídia nacional, provocando exposição significativa	Prejudica o alcance da missão da Unidade	Exigiria a intervenção do Secretário	> = 10% < 25%	4-Grande
	Evento significativo que pode ser gerenciado em circunstâncias normais	Determina ações de caráter corretivo	Pode chegar à mídia provocando a exposição por um curto período de tempo	Prejudica o alcance dos objetivos estratégicos	Exigiria a intervenção do Diretor	> = 3% < 10%	3-Moderado
	Evento cujas consequências podem ser absorvidas, mas carecem de esforço da gestão para minimizar o impacto	Determina ações de caráter orientativo	Tende a limitar-se às partes envolvidas	Prejudica o alcance das metas do processo	Exigiria a intervenção do Coordenador	> = 1% < 3%	2-Pequeno
	Evento cujo impacto pode ser absorvido por meio de atividades normais	Pouco ou nenhum impacto	Impacto apenas interno / sem impacto	Pouco ou nenhum impacto nas metas	Seria alcançada no funcionamento normal da atividade	< 1%	1-Insignificante

Fonte: Planilha de Auxílio

5.5.5.5 Para determinar a probabilidade, podem ser utilizadas três abordagens: a análise dos registros históricos para se verificar quais foram os riscos que ocorreram no passado; quando os dados históricos estiverem indisponíveis ou sejam inadequados, a utilização de técnicas preditivas como a análise da árvore de falhas ou da árvore de eventos; e a análise de especialistas em determinado sistema ou equipamento.

5.5.5.6 A probabilidade é definida pelos seguintes intervalos arbitrados de percentuais representativos da frequência (observada/esperada) e possibilidade/chance da ocorrência do evento de risco:

Figura 11: Probabilidade – Frequência observada/esperada

Probabilidade - Frequência Observada/Esperada					
Frequência Previstas	Aspectos Avaliativos				
	Evento pode ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais	Evento pode ocorrer em algum momento	Evento deve ocorrer em algum momento	Evento provavelmente ocorrerá na maioria das circunstâncias	Evento esperado que ocorra na maioria das circunstâncias
	< 10%	>=10% <= 30%	>=30% <= 50%	>=50% <= 90%	>90%
	1 Muito baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
Peso					

Fonte: Planilha de Auxílio

5.5.5.7 Após a inferência dos níveis de Impacto e Probabilidade dos eventos de riscos, o Nível de Risco (Impacto x Probabilidade) será calculado automaticamente na Planilha de Auxílio e será mensurada a sua pontuação na Matriz de Risco, conforme a seguir:

Figura 12: Nível de Risco ↔ Matriz de Risco

Nível de Risco		Matriz de Riscos					
Impacto x Probabilidade	Descrição	IMPACTO					
			Catastrófico	Grande	Moderado	Pequeno	Insignificante
16	Risco Crítico	5	5	10	15	20	25
8	Risco Pequeno	4	4	8	12	16	20
6	Risco Pequeno	3	3	6	9	12	15
4	Risco Pequeno	2	2	4	6	8	10
2	Risco Pequeno	1	1	2	3	4	5
			1	2	3	4	5
			Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
			< 10%	>=10% <= 30%	>=30% <= 50%	>=50% <= 90%	>90%
			PROBABILIDADE				

Fonte: Planilha de Auxílio

5.5.5.8 A Escala de Nível de Riscos categoriza a pontuação definida do Nível de Riscos na Matriz de Riscos, conforme a figura a seguir:

Figura 13: Escala para a mensuração dos níveis de risco

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Fonte: Planilha de Auxílio

5.5.5.9 A partir da definição do Nível de Risco é importante analisar a priorização dos riscos na Matriz de GUT (Gravidade x Urgência x Tendência), a qual é uma ferramenta que pode indicar em qual risco se deve focar os esforços de mitigação em primeiro lugar e os resultados dos seus fatores, ambos serão utilizados no Gerenciamento de Riscos no GPAer.

5.5.5.10 Uma vez mensurado o risco inerente, é necessário identificar e avaliar os controles que respondam aos eventos de riscos identificados, quanto ao seu desenho e quanto à efetividade da sua operação, os quais estão disponíveis na aba “Mapa de Riscos” da Planilha de Auxílio.

Figura 14: Identificação dos Controles Existentes

Risco Inerente			Identificação dos Controles Existentes		
I	P	NR	Descrição do Controle Atual	Avaliação quanto ao Desenho do Controle	Avaliação quanto a Operação do Controle
0	1	Risco Pequeno			

Fonte: Planilha de Auxílio

5.5.5.11 Para inserir a descrição do controle atual é necessário utilizar as informações do quadro abaixo para proceder a avaliação quanto ao desenho e quanto à operação do controle.

Quadro 1 – Desenho e Efetividade da Operação do Controle

Nível	Desenho do Controle	Efetividade da Operação do Controle
1	Não há procedimentos de controle	Não há procedimentos de controle
2	Há procedimentos de controles, mas não são adequados e nem estão formalizados	Há procedimentos de controle, mas não são executados
3	Há procedimentos de controles formalizados, mas não estão adequados (insuficientes)	Os procedimentos de controle estão sendo parcialmente executados
4	Há procedimentos de controles adequados (suficientes), mas não estão formalizados	Os procedimentos de controle são executados, mas sem evidência de sua realização
5	Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados	Procedimentos de controle são executados e com evidência de sua realização

Fonte: Adaptado de Planilha de Auxílio

5.5.6 RISCO RESIDUAL

5.5.6.1 Após a avaliação dos controles existentes, procede-se a inferência da gravidade do Risco Residual.

5.5.6.2 O Risco Residual deverá ser mensurado na aba “Cálculo do Risco Residual” da Planilha de Auxílio. Portanto, devem ser seguidos os mesmos passos da inferência do Risco Inerente descrito anteriormente.

5.6 ETAPA 4- RESPOSTA AO RISCO

5.6.1 A avaliação de eventos de riscos e controles consiste em desenvolver as opções e ações para realçar as oportunidades e reduzir as ameaças (remoção da fonte do risco, alteração da probabilidade de ocorrência, alteração do impacto das consequências, entre outras).

5.6.2 Essa atividade visa identificar a linha de ação a ser seguida (aceitar, mitigar, transferir,

ou evitar) no que se refere aos riscos identificados e avaliados de modo a reposicioná-los, na Matriz de Riscos em uma posição mais vantajosa para a Organização, para o projeto ou para a atividade. A escolha da estratégia vai depender do apetite ao risco da OM, considerando, ainda, o equilíbrio custo-benefício.

5.6.3 Uma reavaliação da lista consolidada de riscos identificados, analisados e avaliados, pode resultar em uma lista de riscos inaceitáveis (a ser levada à consideração da respectiva instância superior na cadeia de comando) e em uma lista de riscos aceitáveis, que deverá ser encaminhada para a etapa de definição das ações de tratamento.

5.6.4 As possíveis ações de tratamento são:

- a) **aceitar** - o risco é aceito, e as seguintes razões podem conduzir a esta opção, tais como:
 - o nível do risco está dentro do apetite de risco,
 - nenhuma resposta é considerada eficaz para reduzir a probabilidade ou o impacto, e
 - o custo para o tratamento é elevado demais, sendo mais vantajoso preparar uma alternativa para o caso do risco se materializar. Nesta estratégia, a principal ação é o monitoramento para garantir que o risco permaneça dentro dos parâmetros definidos;
- b) **mitigar** - o nível do risco requer ações para redução de seus parâmetros de probabilidade e/ou impacto. Estas ações são também chamadas de medidas de controle e podem envolver também a remoção da fonte do risco;
- c) **compartilhar ou transferir** - trata-se da redução da probabilidade e/ou do impacto do risco pelo compartilhamento do todo ou de uma parte do risco para um terceiro. Inclui a terceirização de serviços ou a contratação de seguros. Neste caso, é importante frisar que alguns riscos não são totalmente transferíveis, em particular os riscos de imagem/reputação; e
- d) **evitar** - trata-se da eliminação do risco. Na maioria das vezes, passa pela descontinuidade da atividade que dá origem ao risco.

5.6.5 Esta etapa deverá ser definida na aba “Mapa de Risco” na Planilha de Auxílio, conforme a seguir.

Figura 15: Resposta a Risco

Resposta a Risco				
Controles Propostos / Ações Propostas				
Possíveis Respostas	Tipo	Descrição	Data do Início	Data da Conclusão
	0		16/08/	31/12/2

Fonte: Planilha de Auxílio

5.6.6 Na aba “NR- Resposta ao Risco” da Planilha de Auxílio é possível verificar os Parâmetros de Análise para Adoção de Resposta ao Risco de acordo com o Nível de Risco definido.

5.6.7 Após a definição da Resposta ao Risco é necessário estabelecer o Plano de Implementação de Controles, disponível na aba “Plano de Ação da Planilha de Auxílio”, o qual é um conjunto de ações necessárias para adequar os níveis de riscos, por meio de adoção de novos controles ou da otimização dos controles atuais do processo.

Figura 16: Plano de implementação de Controles

Plano de Implementação de Controles								
O que?			Onde?	Quem?	Como?		Quando?	
Controle Proposto / Ação Proposta								
Descrição	Tipo	Objetivo	Área Responsável pela Implementação	Responsável Implementação	Como será Implementado	Intervenientes	Data do Início	Data da Conclusão
							16/08/2023	03/01/2024

Fonte: Planilha de Auxílio

5.6.8 O estabelecimento de controles internos visa essencialmente aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados, de forma eficaz, eficiente e efetiva.

5.7 ETAPA 5: INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MONITORAMENTO

5.7.1 Esta etapa é composta por duas fases, sendo a primeira delas denominada "Documentação", a qual envolve a consolidação de toda a análise descrita anteriormente em documentação pertinente, denominada "Plano de Gestão de Riscos"; e a segunda, "Monitoramento e Análise Crítica", a qual compreende um contínuo monitoramento e análise crítica dos resultados da gestão de riscos.

5.7.1.1 Primeira fase – Documentação

5.7.1.1.1 Os resultados das etapas anteriores do processo de gerenciamento de riscos deverão ser documentados pelos Setores da OM, avaliados e aprovados respectivamente pela Assessoria de Governança e pelo Dirigente Máximo da Unidade.

5.7.1.1.2 Após a finalização das etapas de gerenciamento de risco é necessário a elaboração do Relatório do Plano de Gestão de Riscos da OM, o qual deverá conter os seguintes elementos:

- a) Introdução;
- b) Estrutura organizacional da unidade;
- c) Processos avaliados na unidade;
- d) Período de avaliação;
- e) Riscos identificados;
- f) Avaliação dos controles;
- g) Ações de controle propostas;
- h) Plano de Contingência;
- i) Conclusão, com um parecer final sobre os riscos e controles identificados; e
- j) Considerações finais e anexos.

5.7.1.2 Segunda fase - Monitoramento e Análise Crítica

5.7.1.2.1 Este processo tem por objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos de forma contínua, buscando garantir o seu funcionamento e a sua atualização, conforme alterações nas

condições que reflitam em variação no nível de exposição a riscos. Para tanto, deve-se realizar o acompanhamento do contexto institucional de modo a se detectar essas alterações e, quando necessário, realizar as revisões nas respectivas respostas e/ou nas suas prioridades.

5.7.1.2.2 O proprietário do risco, formalmente designado por meio do documento que regula a gestão de risco na OM, é o responsável por motivar e informar a necessidade da revisão que trata o item anterior.

5.7.1.2.3 A seguir, são apresentados exemplos de situações que motivam a revisão de um Plano de Gestão de Risco, conforme mencionado no item anterior:

SITUAÇÃO	AÇÃO REQUERIDA
Contexto alterado de tal forma que possa influenciar na avaliação do risco	Solicitação de uma nova avaliação de riscos devido à mudanças no contexto
Risco não apresenta comportamento esperado para sua tipologia	Solicitação de uma nova avaliação de riscos devido à inconsistências na avaliação inicial
Ações de tratamento não estão surtindo o efeito desejado	Solicitação de um novo tratamento devido à ineficácia do tratamento planejado originalmente

5.7.1.2.4 Para que esse monitoramento possa acontecer de forma sistêmica, isto é, para que a SEFA possa acompanhar o desenvolvimento da Gestão de Riscos em suas Organizações subordinadas, os resultados do processo de análise de riscos devem ser registrados no GPAer, conforme as orientações do item 8 e do Apêndice C da DCA 16-2/2022 que também podem ser encontradas na página da Intraer do Portal do EGI (Escritório de Governança Institucional): <http://www.emaer.intraer/governanca/>.

5.7.1.2.5 Caso as informações sejam sigilosas, deverão receber o tratamento apropriado ao seu grau de sigilo, não devendo ser inseridas no GPAer. Contudo, deverá haver uma menção no GPAer de que o risco não foi inserido por conter informação sigilosa.

6 PLANILHA DE AUXÍLIO À GESTÃO DE RISCOS

6.1 A Planilha de Auxílio à Gestão de Riscos foi desenvolvida com base no processo de gerenciamento de riscos descrito no item 5 e está disponível na página da Intraer do Portal do EGI (Escritório de Governança Institucional), no link <http://www.emaer.intraer/governanca/> na opção RISCOS> Orientações registro GPAER>Planilha de Auxílio à GR e na página da SEFA no enlace <http://www.sefa.intraer/index.php/cgov-topo/gestao-de-riscos>.

6.2 O objetivo da planilha é auxiliar o processo de análise de riscos, cujos resultados devem ser registrados no Módulo de Riscos do GPAer, conforme as orientações do item 8 e do Apêndice C da DCA 16-2/2022, caso não sejam sigilosos, para acompanhamento pela própria OM e pelos órgãos superiores.

6.3 Neste contexto, o passo a passo de utilização da planilha em questão é explicado na aba “Instruções” da Planilha de Auxílio e no Apêndice B da DCA 16-2/2022.

7DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 As OM da estrutura da SEFA deverão efetivar a formalização documental (Plano de Gestão de Riscos) do assunto de que trata esta instrução, contendo o planejamento, Plano de Contingência e as instruções específicas para o gerenciamento de riscos no âmbito das respectivas organizações.

7.2 O documento a que se refere o item 5.7.1 deverá ser revisado, pelo menos, uma vez por ano ou sempre que houver necessidade de atualização, observado ainda o item 5.7.2.1 desta ICA.

7.3 Estratégias e métodos para gerenciar os riscos identificados, guias e modelos a serem seguidos em cada passo do processo e a correspondente documentação deverão ser definidos por cada OM, obedecidas as orientações desta Instrução.

7.4 A seleção de projetos e atividades contempladas no escopo da gestão de riscos deverá ser revisada anualmente.

7.5 Cada OM da estrutura da SEFA deverá designar, um oficial de cada Setor/Seção para realizar o Curso de Gestão de Riscos no Setor Público. O referido curso é gratuito, ministrado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, à distância e está disponível no link <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/127> .

8DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 O prazo para a elaboração dos normativos referenciados no item 5.7.1.2 é de 180 dias, a contar da data de publicação desta Instrução.

8.2 A critério do dirigente da Organização, poderá ser elaborado um Plano de Gestão de Riscos específico para um projeto ou atividade específica, que deverá ser publicado em boletim interno da OM e encaminhado à SEFA, para controle e acompanhamento.

8.3 A implantação da gestão de riscos, na SEFA e nas OM da sua estrutura organizacional, decorre da diretriz emanada pelo EMAER e está formalizada pela DCA 16-2/2022 - Gestão de Riscos no Comando da Aeronáutica.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 PROPONENTE

O Vice-Secretário da SEFA, por intermédio da Coordenadoria de Estratégia Organizacional (CEST), é o responsável pela atualização desta Instrução.

9.2 CASOS NÃO PREVISTOS

Os casos não previstos nesta Instrução deverão ser submetidos à apreciação do Secretário da SEFA, por intermédio do Vice-Secretário, ouvida a CEST.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial. Portaria nº 32/SCPL, de 23 de janeiro de 2018. Aprova a reedição da Instrução que trata da Gestão de Riscos no DCTA. São José dos Campos, 2018. (ICA 80-13).

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 28/EGE1, de 31 de agosto de 2022. Aprova a Diretriz que dispõe sobre a Gestão de Riscos no Comando da Aeronáutica. Brasília, 2022. (DCA 16-2).

BRASIL. Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 001, de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Brasília-DF, 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. Ciclo de Gerenciamento de Riscos Corporativos. Pasta Pública. Brasília: ENAP, 2018.